

MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

Aviso n.º 5012/2014

Luís Carlos Piteira Dias, Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, no uso das competências conferidas pela alínea *i*) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que a Assembleia Municipal de Vendas Novas, na sua sessão ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, depois de ter sido submetida a inquérito público através de publicação efetuada no *Diário da República* 2.ª série n.º 135 de 15 de julho de 2013, aprovou a alteração à Tabela de Taxas Urbanísticas, Assim, para cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, publica-se o presente Aviso.

Artigo 15.º

Taxas a aplicar ao licenciamento de Estabelecimentos industriais de Tipo 3

- a) De receção de mera comunicação prévia para instalação de estabelecimento industrial tipo 3;
b) Vistoria prévia para exercício de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal;
c) Vistorias de conformidade.

Fator de Dimensão

Anexo 1 Parte 2-A	Anexo 1 Parte 1 e Anexo 1 Parte 2-B	
A	B	C
100	150	200
0,4	0,6	0,8
Microempresa	Não abrangido no A	
≤ 15 kVA	≤ 41,4 kVA	
≤ 4 x 10 ⁵ kJ/h	≤ 5 x 10 ⁵ kJ/h	
≤ 5 trabalhadores	≤ 10 trabalhadores	
Aplicados cumulativamente	Aplicados cumulativamente	

(Pesos relativos do Fd)

Não abrangido no A nem no B

Fator de Serviço

	Taxas SIR (Anexo V)		Taxas Municipais			Serviços c/Mediação + 20%
	Tipo 2	Tipo 3	A	B	C	
Aceitação da MCP	1		30	45	60	+20%
Vistoria Obrigatória	1	0,3	30	45	60	
Vistoria 1ª VCC *	2		36	54	72	
Vistoria 2ª VCC *	4		45	67,5	90	
Averbamento da alteração da denominação social	0,3		9	13,5	18	+20%
Cessação Medida Cautelar	5		46	67,5	90	
Desslagem	0,6		15	22,5	30	
Recurso	1		30	45	60	

VCC = verificação do cumprimento de condições anteriormente impostas na sequência de ações de Fiscalização ou outras Vistorias, apreciação de Reclamações ou comunicações de Desativação

Taxas a aplicar (em Euros)

A	B	C	Serviço mediado			Pesos relativos do Fs	Valor do Fs	
			A	B	C			
31,21 €	46,81 €	62,42 €	37,45 €	56,18 €	74,90 €	100	0,8	Aceitação da MCP
31,21 €	46,81 €	62,42 €	-	-	-	100	0,8	Vistoria Obrigatória
37,45 €	56,18 €	74,90 €	-	-	-	120	0,96	Vistoria 1ª VCC *
46,81 €	70,22 €	93,63 €	-	-	-	150	1,2	Vistoria 2ª VCC *
9,36 €	14,04 €	18,73 €	11,24 €	16,85 €	22,47 €	30	0,24	Averbamento da alteração da denominação social
46,81 €	70,22 €	93,63 €	-	-	-	150	1,2	Cessação Medida Cautelar
15,60 €	23,41 €	31,21 €	-	-	-	50	0,4	Desslagem
31,21 €	46,81 €	62,42 €	-	-	-	100	0,8	Recurso

A presente alteração entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

Por ser verdade e para constar se passou o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume.

31 de março de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, *Luís Carlos Piteira Dias*.

207743409

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Aviso (extrato) n.º 5013/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 28 de fevereiro de 2014, e nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, nomeio em regime de substituição para o cargo de direção intermédia de 3.º grau o Técnico Superior, *Horácio Manuel Nunes*, Chefe da Unidade de Administração Geral e Finanças (UAGF), com efeitos a partir de 1 de março de 2014.

19 de março de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Américo Jaime Afonso Pereira*, Dr.

307721911

Aviso (extrato) n.º 5014/2014

Para os devidos efeitos se torna-se público que, por meu despacho de 28 de fevereiro de 2014, e nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, nomeio em regime de substituição para o cargo de direção intermédia de 2.º grau a arquiteta, *Susana Maria Pinto Martins*, Chefe da Divisão de Ordenamento, Administração de Território e Serviços Urbanos (DO-ATSU) com efeitos a partir de 1 de março de 2014.

19 de março de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Américo Jaime Afonso Pereira*, Dr.

307722032

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR

Aviso n.º 5015/2014

Para os efeitos previstos na Lei n.º 12-A/2088, de 27 de fevereiro, torna público que, por despacho do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, datado de 12 de fevereiro de 2014 e nos termos do disposto no artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, celebrado ao abrigo do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 12-A/2008, conjugado com os artigos 103.º e 104.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com *Manuel Alexandre da Silva Batista*, na categoria de assistente Operacional, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2014.

14 de fevereiro de 2014. — O Presidente da União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, *Paulo Fernando Marques Oliveira*.

307734678

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO

Aviso n.º 5016/2014

Procedimento Concursal Comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de assistente operacional — Auxiliar administrativo.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06.04 e nos termos do disposto nos n.ºs 3 a 7 do artigo 6.º e artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27.02 com as alterações da Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24.04; da Lei n.º 64-A/2008, de 31.12, da Lei n.º 3-B/2010, de 28.04; da Lei n.º 34/2010, de 2.09; da Lei n.º 55-A/2010, de 31.12; da Lei n.º 64-B/2011, de 30.12; da Lei n.º 66/2012 de 31.12; da Lei n.º 66-B/2012, de 31.12 e da Lei n.º 47/2013 de 05.04, torno público que por deliberação da Assembleia de Freguesia de 24 de fevereiro de 2014, conjugada com as deliberações da Junta de Freguesia de 31 de janeiro e de 28 de fevereiro de 2014, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo